

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) | | |
|---|--|---|-------------------------|
| | LIQUIDADAS | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | TOTAL |
| | (a) | (b) | (c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.124.762.969,57 | 28.965.017,24 | 1.153.727.986,81 |
| Pessoal Ativo | 765.321.399,66 | 11.685.586,22 | 777.006.985,88 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 359.441.569,91 | 17.279.431,02 | 376.721.000,93 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | | | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 332.798.748,15 | 25.951.833,08 | 358.750.581,23 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | | | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 201.286,55 | | 201.286,55 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 33.476.237,49 | 13.625.502,33 | 47.101.739,82 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 299.121.224,11 | 12.326.330,75 | 311.447.554,86 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 791.964.221,42 | 3.013.184,16 | 794.977.405,58 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| | | | |
|--|---------------------------|------------------|-------------------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 676.655.840.000,00 | | |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100 | 0,117041% | 0,000445% | 0,117486% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % > | 0,238692% | | 1.615.123.357,61 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < % > | 0,226757% | | 1.534.367.189,73 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - < % > | 0,214823% | | 1.453.611.021,85 |

Fonte: SIAFI - COFIN/SECOF/TRT 4ª REGIÃO - 23/SET/2014 - 16hs.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 18.925.825,05

3) Despesa Liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 737.861,64.

ANA LUIZA HEINECK KRUSE
 VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DANIELA VAZ DOS SANTOS
 ORDENADORA DE DESPESAS

ROBERTO DA GAMA MÓR
 COORDENADOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – SUBSTITUTO

TANIA MARA DE ARAUJO BORGES
 DIRETORA DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO